
Panorama histórico da educação profissional no Brasil: do cenário nacional ao contexto do estado da Bahia

Historical overview of professional education in Brazil: from the national scenery to the context of the state of Bahia

Panorama histórico de la educación profesional en Brasil: desde el escenario nacional al contexto del estado de BahiaCastro, Lilianne Borba¹ (Santa Maria da Vitória, BA, Brasil)ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0002-1968-0865>Júnior, Adenilson Souza Cunha² (Itapetinga, BA, Brasil)ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0003-3622-1799>**Resumo**

No Brasil, a história da educação profissional foi construída através de processos políticos e pedagógicos relacionados ao contexto de cada época, experimentando expansões e avanços devido à realidade histórico-política do país. Este artigo, parte integrante de uma pesquisa de mestrado, objetiva apresentar uma análise panorâmica da educação profissional através da reflexão sobre o seu processo histórico no Brasil, a fim de contextualizar o estado da Bahia e mais especificamente sua rede estadual de ensino. Para tanto, ampara-se metodologicamente numa pesquisa bibliográfica, onde através da análise documental é referenciada nos principais marcos legais e também no pensamento de teóricos como Matos (2012), Lima (2015), Machado (2013), Babosa (2011), Oliveira (2011) e Santos (2015), que subsidiaram o desenvolvimento deste trabalho. Ao apresentar a evolução da educação brasileira de nível médio através da relação histórico-social estabelecida no contexto político-econômico, evidenciou-se o caráter de dualidade presente nesse cenário, que desencadeou a construção de uma educação profissional relacionada ao trabalho. No que diz respeito ao estado da Bahia, observou-se que a oferta dessa modalidade está relacionada ao processo de estruturação dado pela criação da Superintendência de Educação Profissional e implantação do Plano Estadual, fatores que possibilitaram a criação e organização de uma Rede de Ensino.

Palavras-chave: Educação profissional. História da educação. Políticas públicas em educação.

Abstract

In Brazil, the history of professional education was built through political and pedagogical processes related to the context of each era, experiencing expansions and advances due to the country's historical-political reality. This article, part of a master's research, aims to present a panoramic analysis of professional education through reflection on its historical process in Brazil, in order to contextualize the state of Bahia and more specifically its state education network. To this end, it is supported methodologically in a bibliographic research, where through documentary analysis it is referenced in the main legal frameworks and also in the thinking of theorists like Matos (2012), Lima (2015), Machado (2013), Babosa (2011), Oliveira (2011) and Santos (2015), who supported the development of this work. When presenting the evolution of Brazilian high school education through the historical-social relationship established in the political-economic context, the duality present in this scenario was evidenced, which triggered the construction of a professional education related to work. With regard to the state of Bahia, it was observed that the offer of this modality is related to the structuring process

¹ Professora da rede pública estadual da Bahia. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Didática, Formação e Trabalho Docente (DIFORT/CNPq). lilianneborba@hotmail.com

² Professor do Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. adenilsoncunha@uesb.edu.br

given by the creation of the Professional Education Superintendence and implementation of the State Plan, factors that enabled the creation and organization of a Teaching Network.

Keywords: Professional education. History of education. Public policies in education.

Resumen

En Brasil, la historia de la educación profesional se construyó a través de procesos políticos y pedagógicos relacionados con el contexto de cada época, experimentando expansiones y avances debido a la realidad histórico-política del país. Este artículo, parte de una investigación de maestría, tiene como objetivo presentar un análisis panorámico de la educación profesional a través de la reflexión sobre su proceso histórico en Brasil, para contextualizar el estado de Bahía y más específicamente su red de educación estatal. Para ello, se apoya metodológicamente en una investigación bibliográfica, donde a través del análisis documental se hace referencia en los principales marcos legales y también en el pensamiento de teóricos como Matos (2012), Lima (2015), Machado (2013), Babosa (2011), Oliveira (2011) y Santos (2015), quienes apoyaron el desarrollo de este trabajo. Al presentar la evolución de la educación secundaria brasileña a través de la relación histórico-social establecida en el contexto político-económico, se evidenció la dualidad presente en este escenario, lo que desencadenó la construcción de una educación profesional relacionada con el trabajo. Con respecto al estado de Bahía, se observó que la oferta de esta modalidad está relacionada con el proceso de estructuración dado por la creación de la Superintendencia de Educación Profesional y la implementación del Plan Estatal, factores que permitieron la creación y organización de una Red de Enseñanza.

Palavras-Clave: Educação profissional. História de la educación. Políticas públicas en educación.

1 Introdução

A educação profissional técnica é uma modalidade de Educação Básica, que tem como objetivo promover a integração entre escola e trabalho, por meio da oferta de cursos técnicos e tecnológicos de formação inicial ou continuada, voltados às demandas da sociedade e do mundo do trabalho. Essa concepção de educação está amparada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), no Decreto 2208/97 e no Decreto 5154/2004, que fundamentam a educação profissional como articulada ao ensino médio, baseada em diferentes níveis e públicos.

No entanto, para chegar ao que se tem hoje, a educação profissional passou por reformas, expansões e avanços, devido à realidade histórico-política do país, a qual permitiu a construção de propostas distintas ao longo do tempo, estabelecendo políticas educacionais orientadas pela concepção de Estado e de educação. Assim, a formação para o trabalho foi, sem dúvida, a principal característica dessa modalidade em toda sua trajetória de desenvolvimento no Brasil.

O presente artigo constitui-se como parte teórica de uma pesquisa de Mestrado, defendida no Programa de Pós Graduação em Educação - PPGEd da

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, cuja temática aborda as implicações da “Articulação com o Mundo do Trabalho” na prática pedagógica do professor da educação profissional. Este texto tem o objetivo de apresentar uma análise panorâmica acerca do processo histórico que contempla a formação da educação profissional no Brasil e também no estado da Bahia, considerando, neste último caso, a oferta demandada a partir da existência de uma rede estadual de educação profissional nesse contexto de atuação.

No cenário brasileiro a história da educação profissional foi construída por intermédio de processos distintos relacionados ao contexto de cada época, sendo notória a existência de intencionalidade política ou ideológica no desenvolvimento das ações, independentemente da defluência do tempo histórico. Isso se justifica pela necessidade de responder e atender às demandas da política mundial, reflexo da submissão dos governos e, conseqüentemente, dos sistemas de ensino, frente à lógica do capital.

A história da educação profissional na Bahia também é abordada neste trabalho, considerando que essa trajetória foi marcada pela inexistência de ações efetivas que abrangessem o atendimento da demanda de todo o estado, dificultando a construção de uma educação de qualidade e para todos, tendo em vista as reais condições apresentadas.

O presente trabalho está organizado metodologicamente por uma revisão de literatura e através de análise documental. As discussões estão embasadas teoricamente em autores que desenvolvem trabalhos a respeito da história da educação profissional, referenciando-se no pensamento de teóricos como Matos (2012), Lima (2015), Machado (2013), Babosa (2011), Oliveira (2011), Santos (2015), além de alguns marcos legais que são de grande relevância para essa discussão, como a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e outras Leis e Decretos no âmbito federal e estadual.

A discussão evidenciou, no contexto histórico da Bahia, que a educação profissional no estado esteve por muitos anos sob a gestão de uma coordenação de projetos especiais, mas foi substancialmente reestruturada através da criação da Superintendência de Educação Profissional. Conseqüentemente, a elaboração do

Plano de Educação Profissional e a ação de criação dos Centros de Educação Profissional, foram fatores responsáveis pela mudança desse cenário, a partir de uma proposta de transformação na forma de pensar e fazer o ensino técnico no estado.

2 Do Ensino Médio à Educação Profissional: percurso histórico no cenário brasileiro

A educação no Brasil sempre esteve relacionada aos interesses da economia, ou seja, ao modelo econômico vigente em cada governo. Dessa forma, no que diz respeito à educação profissional, seu desenvolvimento no país foi tomando formas diferentes, inserindo outros protagonistas (além do governo) na organização desse processo, como a igreja católica, os sindicatos e também o setor privado.

Ao traçar um panorama histórico da educação profissional no Brasil faz-se necessário considerar uma discussão acerca do ensino médio, através de uma abordagem do contexto da história da educação no país, estabelecendo assim uma associação a fatos relevantes que marcaram o cenário histórico, tais como: a relação de poder estabelecida por Portugal, a chegada da família real no país e o início das primeiras instituições educacionais.

A contextualização histórica apresentada por Matos (2012) mostra que o percurso dessa modalidade foi longo e controverso, tendo em vista o fato de que vários foram os processos adotados para a educação profissional, mas o principal deles era a sua separação do ensino médio regular, já que este tinha um caráter propedêutico, de educação intelectual, em detrimento da outra modalidade, que era voltada às necessidades do mercado de trabalho na formação da mão de obra.

Segundo Matos (2012), é importante ressaltar que na época do Brasil Colônia a educação formal foi iniciada a partir da implantação do ensino superior, e as demais modalidades de ensino caracterizavam-se como propedêuticas, ou seja, possuíam o objetivo de preparar para o alto nível da educação (e conseqüentemente para uma classe específica). Paralelo a isso, a educação profissional teve sua origem ligada ao caráter assistencialista das camadas mais baixas da população, cuja necessidade era a preparação para o trabalho e a formação de mão de obra qualificada.

Ao abordar a trajetória da educação no Brasil, Lima (2015) relaciona o ensino médio à educação profissional, destacando que no período Brasil-Colônia tem-se o primeiro registro desse ensino, iniciado através do trabalho com “artes e ofícios”, voltados para aprendizagem de ofícios ligados ao artesanato, à manufatura e à indústria. Interessante ressaltar que o que hoje se conhece por educação profissional, foi, naquela conjuntura, desenvolvido pelos artífices, que repassavam, instruíam e ensinavam aos mais jovens (aprendizes) o conhecimento necessário para desenvolver determinado trabalho (o que acontecia por intermédio das Corporações de Ofícios).

A respeito do percurso histórico do ensino técnico profissional no Brasil, Soares e Oliveira (2002) atribuem ao período do Império o marco da concepção separatista da educação:

O ensino técnico profissional no Brasil tem sua história marcada por uma concepção dualista/separatista que remonta ao Império, onde aos cegos, surdos e aleijados, num primeiro momento, incorporando-se depois os menores carentes, era destinado um ensino profissionalizante, com o sentido de ofertar-lhes como uma benesse do Estado, uma possibilidade de inclusão à força de trabalho. (SOARES; OLIVEIRA, 2002, p. 03).

Observa-se que no Brasil Império a trajetória da educação profissional baseava-se na legitimação dos ideais da classe dominante, a fim de preparar os trabalhadores para exercerem suas funções, tudo dentro de uma ordem estratégica que objetivava oferecer uma formação compulsória à classe menos favorecida, garantindo a retirada de crianças, órfãos e deficientes da rua. Vale ressaltar que nesse contexto também entra em cena a atuação das instituições de ensino que promoviam espaços de instrução da classe operária, as quais foram denominadas Liceus de artes e de ofícios.

As últimas décadas do século XIX no Brasil configuram-se como a passagem do Império para a República, contexto este marcado por transformações importantes e desenvolvimento nos setores econômico e industrial, refletindo nas relações de trabalho e conseqüentemente no ensino profissional. No período que compreendeu a República, apesar do presidencialismo, a classe dominante continuou pensando e desenvolvendo a educação no Brasil, visando subsidiar as necessidades

do modelo capitalista, através da formação de mão obra que assistisse às produções, propiciando o que o Lima (2015) aborda como reformas e reformismo.

O ano de 1909 é caracterizado como marco oficial de um sistema de ensino técnico no Brasil: “Pode-se considerar que, no Brasil, a Educação Profissional e Tecnológica teve seu início oficial com o Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909, sancionado pelo Presidente Nilo Peçanha, que havia assumido o cargo após o falecimento de Afonso Pena, em julho de 1909” (Brasil, 1909). Esse Decreto cria nas capitais dos estados brasileiros as Escolas de Aprendizes Artífices, voltadas ao ensino profissional primário gratuito, com o objetivo de ensinar um ofício aos menores, caracterizando-se como uma forma repressora de educação.

Em 1930 as Escolas de Aprendizes Artífices, que eram ligadas ao Ministério de Agricultura, passam a ser vinculadas ao Ministério da Educação e Saúde Pública, criado por Getúlio Vargas através do Decreto 19402/1930. O novo Ministério implanta em sua estrutura uma Inspeção de Educação Profissional, a fim de supervisionar as escolas, e também reorganiza a oferta desse ensino técnico, ampliando a formação para outras áreas. Vale ressaltar as mudanças ocorridas na nomenclatura das Escolas de Aprendizes e Artífices, sendo transformadas, a partir da Constituição de 1937, em Liceus Industriais destinados a todos os ramos (Lei 378 de 1937) e, logo depois, em Escolas Industriais e Técnicas (Decreto 4.127 de 1942), caracterizando, assim, um período marcado por reformas no contexto do ensino técnico.

Esse cenário evidencia que a desvinculação do ensino técnico com o ensino médio caracteriza uma relação de interesse do sistema pela oferta de formação de mão de obra destinada ao trabalho, desconsiderando a necessidade desses trabalhadores serem orientados quanto à formação geral com vistas ao ingresso no ensino superior.

Somente após a Reforma Capanema³ em 1942 (e às Leis orgânicas do Ensino presentes na Era Vargas) os estudantes egressos do ensino profissionalizante poderiam se submeter ao processo seletivo dos vestibulares, porém, com acesso

³ A Reforma Capanema foi uma reforma do sistema educacional ocorrida na Era Vargas durante o período de 1930-1945, executada pelo então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. Sua característica principal está no fato de conceber a educação apoiada em uma relação com a divisão econômico-social do trabalho.

restrito a cursos que tivessem relação com as mesmas áreas estudadas no ensino técnico. Interessante notar que a concepção ainda existente nos dias de hoje de que o ensino técnico não prepara para o ingresso no ensino superior está relacionada a esse cenário e à legislação vigente da época, traduzindo marcas de uma visão dualista para a educação profissional de nível médio.

A passagem do Brasil rural para um Brasil urbano e industrial contextualiza o período e a concepção desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), que concebe a educação de forma secundária, como um instrumento para subsidiar o seu projeto. Sanfelice (2007) aponta um quadro caótico no contexto educacional, afirmando que esse governo foi marcado por

[...] má organização do ensino; organização arcaica, antiquada e deficiente; ensino primário ministrado em dois, três e quatro turnos, reduzido a pouco mais do que nada; escolas técnicas em pequeno número e nível secundário desqualificado; problemas graves na rede física das escolas; professorado de nível primário e médio, geralmente mal preparado cultural e pedagogicamente, na grande maioria leiga e com salários não condizentes; proliferação desordenada e eleitoreira de escolas superiores e particulares (faculdades de filosofia); mais de 50% da população geral analfabeta e menos da metade da população escolar (7 a 14 anos) matriculada (5.700 milhões para um total de 12 milhões) (SANFELICE, 2007, p. 547).

O governo JK, atrelado às alterações do capitalismo mundial, demandava uma educação que correspondesse às necessidades emergentes desse desenvolvimento, através de mão de obra capaz de atender à produção requerida pela indústria. Data desse período, em 1959, a alteração no nome das Escolas Industriais e Técnicas, que passam a chamar Escolas Técnicas Federais, transformando-se em autarquias e ganhando autonomia gestora.

Em 1971, o governo militar realiza a reforma do ensino de 1º e 2º grau, transformando compulsoriamente todo o 2º grau em Educação Profissional, tornando esse ensino obrigatório. Essa Reforma deu-se pela Lei 5.692, que muda a organização do ensino no Brasil e passa a ter, como objetivo da formação, a habilitação profissional com caráter de terminalidade, com foco no mercado de trabalho, assim como pode ser observado no art. 5º, inciso 2, alínea b, as orientações acerca da: “[...] iniciação ao trabalho e a habilitação profissional, sem menosprezar

as aptidões do educando [...] deve levar em conta as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, a vista de levantamentos periodicamente renovados”.

Em 1988 é promulgada a nova Constituição da República, que apresenta um diferencial das anteriores quanto ao tratamento dado à educação, elevando-a ao nível de direito social fundamental. O texto constitucional também expressa uma relevância dada ao trabalho e prevê a qualificação destinada à profissionalização, expressando, assim, a existência de uma relação entre educação e trabalho, caracterizando-os como direitos que devem ser garantidos pelo Estado (BRASIL, 1988).

A Carta Magna de 1988 está ancorada em novos ideais responsáveis por conduzir o país a uma Reforma do Estado nos anos 90, que caracterizou-se, principalmente, pela implementação do gerenciamento da administração pública, a redefinição do papel do Estado e a minimização de suas responsabilidades, fatores que desencadearam mudanças na organização da educação pública e na gestão de suas escolas, assim como afirma Santos (2008):

A reforma do Estado nos anos noventa fundamentou-se na ideologia do neoliberalismo. Esta proposta marcou a redefinição do seu papel por meio de ações de minimização nas áreas sociais, entre as quais a educação. Esse processo de minimização sinaliza a transição das responsabilidades do Estado para com as áreas sociais, transferindo as para a sociedade civil organizada por meio da filantropia ou das parcerias entre público e privado (SANTOS, 2008, p. 04).

Nesse sentido, a reforma do Estado também estabelece uma reforma na Educação brasileira, a qual tornou-se parte da agenda dos organismos internacionais, tendo em vista a redefinição do papel do Estado, assim como discute Santos (2008). No que diz respeito à educação profissional, essa reforma constituiu-se na organização de estratégias respaldadas na Teoria do Capital Humano, com novo olhar para formação do trabalhador, que deve ter o perfil do cidadão exigido pelo contexto.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN 9394/96, todos os cursos do ensino médio foram equiparados e, conseqüentemente, habilitados a promover continuidade de seus estudos. Assim, a educação profissional, além da modalidade subsequente já existente, passa então a ofertar cursos técnicos que serão desenvolvidos de forma articulada ao ensino médio.

Já o Decreto 2.208/97, em seu artigo 3º, além de estabelecer os níveis da educação profissional (básico, técnico e tecnológico) também institucionaliza essa modalidade. No entanto, devido à necessidade de ser destinado um alto investimento nessa área, o governo vai aos poucos desestruturando a rede então formada, desencadeando uma minimização dessa oferta no contexto do setor público, durante a década de 90, isso fez com que a iniciativa privada, por sua vez, ganhasse cada vez mais espaço, investindo nesse campo e desenvolvendo seu potencial de atuação.

Matos (2012) analisa o ensino médio profissional em face das reformas⁴ ocorridas entre 1997 e 2004, tendo como base uma discussão da contextualização histórica e do cenário atual dessa modalidade. Levando em consideração o fato de que há pouca pesquisa acerca do ensino profissional dentro do planejamento e execução de cada governo, o que dificulta a avaliação das ações realizadas, o autor fez uso de referenciais voltados especificamente ao ensino médio, na tentativa de comparar e relacionar com a modalidade profissional, a fim de possibilitar uma análise mais concreta.

Por sua vez, Lima (2015) discute as políticas para o Ensino Médio e para a Educação Profissional no período de 1990 a 2010, analisando suas continuidades e descontinuidades e tendo como base o contexto da globalização neoliberal.⁵ Apesar de compreender a existência de uma dualidade na constituição das políticas de ensino médio e ensino profissionalizante, a autora afirma que não evidencia a supremacia daquele em detrimento deste, pois considera ambos como importantes para a formação do estudante.

No contexto político dos anos 2000, é possível observar uma discussão acerca da integração entre ensino médio e educação profissional, em atenção às políticas afirmativas relacionadas à educação profissional que foram efetivadas pelos governos Lula (2003-2011) e Dilma (2011-2016), os quais dispensaram um tratamento

⁴ Nesse caso, refere-se ao diálogo que o autor estabelece entre o período de 1997 a 2004, o qual compreende reformas importantes para a educação profissional. A primeira reforma foi promovida pelo Decreto 2.208/97, o qual impõe o fim da vinculação entre formação profissional e formação geral. A segunda reforma tratou de revogar o Decreto anterior, substituindo-o pelo Decreto 5.154/2004, que traz a implementação do ensino médio integrado ao ensino técnico.

⁵ É importante ressaltar que a globalização consiste num fenômeno de integração entre as nações nos aspectos político, econômico, social e cultural, o que foi possibilitado pelo seu viés neoliberalista, ou seja, por meio da ideologia do livre comércio e abertura dos mercados, bem como pela disseminação do discurso político neoliberal.

maior ao ensino técnico, possibilitando sua expansão em todo país por meio de investimentos nas redes federais, estaduais e privadas, com objetivo de ampliação e manutenção da oferta.

O governo de Luís Inácio da Silva (01 de janeiro de 2003 a 01 de janeiro de 2011) foi marcado por mudanças relevantes no contexto da educação profissional devido à adoção de uma política expansionista de escolas técnicas e de cursos profissionais, associado ao desenvolvimento econômico e social. Dentre as principais ações do governo Lula, pode-se destacar: instituição do ensino técnico integrado ao médio através do Decreto 5.154/2004; articulação da educação profissional com a EJA, estabelecida pelo Decreto 5.733/2006 que cria o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA; criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia- IF, através da Lei 11.892/2008. A esse respeito Pacheco (2010) afirma que a iniciativa é assinalada “[...] pela determinação do presidente em assegurar à educação e, particularmente, à educação tecnológica um lugar privilegiado nas políticas de seu governo” (PACHECO et al., 2010, p. 2).

O governo da presidenta Dilma Rousseff (01 de janeiro de 2011 a 31 de agosto de 2016) foi marcado pela manutenção e ampliação da oferta de cursos técnicos, cuja expansão deu-se para além da rede federal, abarcando redes estaduais, setores privados e organização não governamental, trabalhando com parcerias. Tendo em vista o crescimento do setor econômico, e buscando atender suas demandas também através da educação profissional, nesse período foi criado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico em Emprego - PRONATEC, com o objetivo de oferecer “milhões de vagas até 2014 para a qualificação técnica e profissional de trabalhadores e de alunos do ensino médio, intensificando a expansão e interiorização das redes federal, estadual e privada” [...] (SALDANHA, 2012, p. 6).

A tentativa de superação do dualismo histórico presente na relação ensino médio e ensino técnico expressa-se significativamente através da articulação dessas modalidades realizada nos governos Lula e Dilma, que investiram no processo de integração entre educação profissional e ensino médio. Por outro lado, é necessário reconhecer as intencionalidades políticas presentes nas ações planejadas e

executadas, que são advindas de uma ordem econômica mundial, afinal, os interesses do capital continuaram existindo nesse cenário, o que pôde ser observado na relação de parcerias estabelecidas entre público-privado, por exemplo, caracterizando fontes de financiamento da educação.

Cabe ressaltar que Fonseca (2015), ao abordar os propósitos da nova educação profissional no Brasil do século XXI, não somente traça o perfil dessa modalidade no país com base nos sistemas de produção (analisando a influência taylorista, fordista e toyotista nesse cenário) e na relação que estabelecem com o regime de acumulação do capital, mas além disso, o autor também faz uma análise acerca da educação profissional desenvolvida durante os governos Fernando Henrique Cardoso — FHC e Lula/Dilma.

Para Fonseca, o governo de FHC teve como principais reformas educacionais o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador — PLANFOR e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDBEN, que possibilitaram um crescimento no nível de escolaridade da população devido às ações governamentais concentradas na educação básica, entretanto, o autor também ressalta que esse governo não demonstrou preocupação com políticas educacionais mais abrangentes que se destinassem a atender às demandas da educação superior. Quanto aos governos petistas de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Roussef, o autor afirma que as políticas públicas educacionais implantadas no período foram importantes e ampliaram o acesso ao ensino profissional e superior, possibilitando não só a educação integrada, mas também uma articulação entre os princípios de ciência, trabalho, tecnologia e cultura.

Em todo percurso histórico descrito, fica evidente o tratamento dado à educação: ela é concebida como um meio de se alcançar os objetivos traçados pela política econômica dominante. Até mesmo no cenário dos governos Lula e Dilma (cuja marca principal foi o tratamento direcionado à expansão da oferta e estruturação de um ensino profissional integrado ao ensino médio), não se pode negar a presença de implicações de caráter político, as quais eram demandadas por interesses principados pelas correlações de força e poder dos organismos internacionais.

Portanto, a contradição que se faz presente nessa conjuntura pode ser observada diante de uma tendência em adequar a educação aos princípios do neoliberalismo, e a própria formação para o trabalho, cuja essência é voltada à empregabilidade, configurando-se como um exemplo claro disso. A ideologia neoliberal revela uma imposição de mudanças substanciais no contexto educacional, a começar pela sua forma de conceber e tratar a educação, buscando dissociá-la da sua essência sociopolítica, a fim de estabelecer uma relação direta à lógica do mercado e aos interesses do capital.

3. Educação Profissional na Bahia na perspectiva de criação de sua Rede em 2006

A história da educação profissional na Bahia assemelha-se à própria história da educação no Brasil e conseqüentemente do ensino profissional, já que os fatos históricos acontecidos no contexto nacional se disseminavam no âmbito dos estados federativos. Sendo assim as discussões apresentadas anteriormente contemplam de maneira geral essa historicização, não sendo objeto deste trabalho retomar essa discussão através de uma linha do tempo, dada a estrutura metodológica do mesmo e também considerando que o objetivo central é discutir acerca da sistematização organizacional dessa modalidade de ensino a partir da criação de um órgão competente para administrá-la, e conseqüentemente a estruturação de uma Rede através desse fato.

No entanto, algumas referências de caráter histórico serão citadas aqui, a fim de subsidiar a compreensão do processo atual. Para tanto, como ponto inicial é relevante destacar que a primeira escola de Artilharia e Arquitetura no século XVIII foi considerada o marco da educação profissional no estado, além disso, esse mesmo século contemplou a fundação da Casa Pia e do Colégio dos Órfãos de São Joaquim, que também se referenciam como importantes registros de oferta dessa modalidade.

Assim como no contexto nacional, a criação da Escola de Aprendizes Artífices da Bahia foi no ano de 1909, sendo instalada na cidade de Salvador, com o objetivo de articular a formação técnica e inserção no mercado de trabalho, ofertando cursos em “oficinas de alfaiataria, encadernação, ferraria, sapataria e marcenaria” (Lessa, 2002, p.13). Ao longo do tempo, as mudanças ocorridas no cenário político e

econômico desencadearam alterações no contexto da Escola de Aprendizes Artífices da Bahia e, segundo Lessa (2002), através de legislação específica transformou-se em: Liceu Industrial de Salvador (Lei Nº 378/1937); Escola Técnica de Salvador (Lei Nº 4.127/1942); Escola Técnica federal da Bahia, ETFBA (Lei Nº 4.759/1965); Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia, CEFET- BA (Lei Nº 8.711/93), Instituto Federal da Bahia, IFBA (Lei Nº 11.892/2008).

Machado (2013) discute as políticas de educação profissional no cenário baiano, realizando uma análise histórica da educação profissional no Brasil e na Bahia, a fim de situar e contextualizar esse processo no que tange à implantação e desenvolvimento dessa política pública no estado. Para o autor, a Bahia apresentava ações isoladas de “educação profissionalizante”, até porque, durante alguns governos (como do próprio Antônio Carlos Magalhães e demais políticos do chamado grupo “carlista”) essa modalidade não foi objeto de política pública. No entanto, com a criação e implementação de uma Rede de Educação Profissional, surge um novo período nesse cenário, caracterizado por uma política pública de Estado que institucionaliza a oferta da educação profissional, apresentando assim uma proposta sistematizada na integração com o ensino médio.

Barbosa (2011) aborda a educação profissional baiana a partir da instituição do Decreto 5.154/04, que torna sem efeito a obrigatoriedade de se estabelecer uma separação entre Educação Profissional e Educação Básica (anteriormente estabelecida mediante o Decreto 8.044/82). Além de considerar o referido Decreto como marco para o desenvolvimento da sua pesquisa, a autora também ressalta o fato de que ele possibilitou uma abertura para a discussão acerca de demanda e da oferta, bem como a construção de uma proposta curricular articulada, condizente com uma educação integrada.

Da mesma forma, Oliveira (2011) enfatiza a importância do Decreto 5.154/2004 para efetivar a política de educação profissional no país, articulando sua integração com o ensino médio. Outro ponto abordado é a instituição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio (CNCT), por meio da Resolução CNE/CEB nº3/2008 de 9 de julho pelo Ministério da Educação, sendo posteriormente

substituído pelo Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) no ano de 2009.

Observa-se, ainda, que ao estudar a política de educação profissional da Bahia e seus desafios diante das mudanças que o mundo do trabalho vem sofrendo, Oliveira (2011) analisa nesse contexto as diretrizes e propostas presentes no Plano de Educação Profissional, o qual foi lançado pela Secretaria Estadual de Educação em 2008, possibilitando a implantação e manutenção e ampliação dos cursos técnicos no estado.

O Plano de Educação Profissional da Bahia foi embasado no Plano Plurianual Participativo (PPA 2008-2011), amparado em uma diretriz estratégica que trata da educação, organizando em seu planejamento a destinação de investimento para essa área e, conseqüentemente, a expansão da educação profissional. Vale ressaltar que o Plano objetiva direcionar o desenvolvimento das políticas de educação na Bahia, tendo como base “o trabalho como princípio educativo”⁶. Segundo Oliveira (2011), o Plano foi elaborado com base em um diagnóstico das demandas dos territórios, cujo resultado contribuiu para as definições dos cursos a serem ofertados na rede, os quais devem estar alinhados à realidade social e econômica do estado.

Tendo como base um quadro elaborado pela autora, é possível identificar que a criação da Superintendência de Educação Profissional – SUPROF (Lei nº 10.955 de 21 de dezembro de 2007), tem-se o marco desse novo contexto de educação no estado. A partir daí, é criado em 2008 o “Plano de Educação profissional da Bahia: Trabalho, Educação e Desenvolvimento”, e por meio do Decreto nº 11.355 de 04 de dezembro de 2008 também são criados os Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional, caracterizando-se como escolas integrantes da rede pública de educação estadual.

Nesse contexto, o Plano de Educação Profissional da Bahia pode ser analisado sob a ótica de sua proposta de implantação de uma política pública

⁶ Refere-se à relação trabalho e educação, no contexto formativo do trabalho. O trabalho é inerente à formação humana, mas elevado à condição de princípio educativo corresponde a uma proposta de Marx. Apesar de Marx e Engels não falarem de educação propriamente dita, mas sim da concepção de trabalho com princípio educativo, no entanto, fica clara a relação das discussões que esses teóricos realizaram acerca dos processos sociais e educativos, na tentativa de uma oposição sobre o que o capitalismo propunha nesse sentido, a fim de permitir a construção de uma nova visão sobre a organização da produção e da vida social humana.

estadual, com base no questionamento sobre a forma como suas ações propõem um ensino integrado, levando em consideração a adequação delas frente à reforma da educação e também sua organização diante da constituição/implantação de uma rede pública estadual.

Santos (2015) é outra referência considerada nesta análise, já que a autora busca discutir os desafios da educação profissional integrada ao ensino médio (EPI), no contexto da rede estadual baiana. Pensando nessa proposta de integração (a ser desenvolvida na Rede), ela propõe uma reflexão acerca da importância do “regime de colaboração” mútua entre as esferas públicas, a fim de que políticas educacionais possam ser efetivadas. Diante disso, Santos (2015) afirma que:

verificou-se, no contexto baiano, entre 2007 e 2014 o avanço extraordinário da oferta de educação profissional, nos aspectos quantitativos e qualitativos. A criação da Suprof (2007), o lançamento do Plano de Educação Profissional da Bahia (2008), a instituição dos Centros Territoriais e Estaduais de Educação Profissional (2008) e uma série de outras medidas redimensionaram a oferta de educação profissional em todos os territórios de identidade da Bahia (SANTOS, 2015, p. 129).

Nesse sentido, é importante ressaltar que por muitos anos o estado da Bahia não priorizou a educação profissional como política pública, o que favoreceu o fato dessa modalidade ter uma maior representação de oferta advinda da iniciativa privada, afinal, assim como pontua a própria autora, até o ano de 2006 não existia um Plano de Educação Profissional que responsabilizasse o governo a assumir o compromisso de ofertar essa modalidade na rede estadual.

Além disso, Santos (2015) também evidencia o fato de que na época da implantação do Plano Estadual de Educação Profissional, o governador da Bahia era Jacques Wagner do Partido dos Trabalhadores, partido esse que também governava o país no período. Para a autora, esse cenário facilitou o processo de efetivação e desenvolvimento da política de educação profissional no estado, já que condizia com a proposta nacional do governo de ampliar e investir nessa oferta de educação.

Em fevereiro de 2017, após dez anos de sua criação, a SUPROF passa por uma modificação, amparada no Decreto Lei n. 17.377 de 01/02/2017, o qual “Altera as denominações e as finalidades de unidades administrativas da Secretaria da Educação e dá outras providências”. No que diz respeito à Superintendência, este

Decreto altera sua denominação para SUPROT, ou seja, Superintendência de Educação Profissional e Tecnológica da Bahia, isso representou não somente a inserção do termo tecnológica em sua proposta de trabalho, mas também a ampliação de suas finalidades, inclusive através da inclusão de “orientação profissional para seus estudantes e certificação profissional para os trabalhadores”, conforme consta no parágrafo 2º do artigo 1º do texto Decreto. (BAHIA, 2017).

4. Considerações finais

Os caminhos da educação profissional no Brasil e na Bahia apontam, a partir da análise aqui exposta, para uma realidade histórica contraditória que insistiu na manutenção de uma separação entre formação geral e formação para o trabalho, desconsiderando o poder transformador da educação e sua vinculação e envolvimento com os fatores que cercam a realidade social.

Ao analisar a educação profissional no Brasil, baseando-se no estudo de sua origem e no percurso percorrido ao longo do tempo, observou-se que a existência do caráter de dualidade entre ensino médio e ensino técnico leva à compreensão acerca de uma ideologia política que desconsidera a formação humana como potencial educativo, condicionando o fator econômico como determinante nesse processo.

É importante ressaltar que as ações voltadas à educação profissional, no âmbito estadual, foram conduzidas pelas políticas públicas federais, tendo em vista que elas foram regulamentadas por decretos, os quais possibilitaram aos estados aderirem às propostas de acordo com cada realidade, buscando, conseqüentemente, ampliar a oferta em todo país.

Na Bahia o governo procurou assumir essa modalidade como uma política pública de Estado, investindo financeiramente e apoiando as ações de implantação e de ampliação de escolas e cursos, considerando as demandas dos Territórios de Identidade e arranjos produtivos locais. Nessa perspectiva, tem-se, através da estrutura administrativa desses Centros, uma proposta diferenciada dentro da gestão escolar, que proporciona uma articulação com esse “mundo do trabalho”,

possibilitando a inserção de uma concepção de prática pedagógica voltada ao trabalho e à formação humana.

Diante do exposto acerca do panorama histórico que foi discutido neste trabalho, é notório o fato de que a educação profissional deve superar a dualidade que lhe foi atribuída ao longo do seu processo de implantação e desenvolvimento no Brasil. Além disso, o caráter de terminalidade também precisa ser potencialmente redefinido, através de uma educação integrada ao ensino médio, que promova a base necessária para a formação humana e conseqüentemente técnica do seu estudante.

Para tanto, um fator importante é posto em evidência: o olhar para o mercado de trabalho precisa ser redirecionado para o “mundo do trabalho”, já que este apresenta uma dimensão ampla (tanto que o mercado está inserido nele) e, portanto, significativa. A real concepção de mundo do trabalho é o grande diferencial para a efetivação de uma educação profissional integrada de qualidade.

Referências Bibliográficas

BAHIA. **Decreto nº 11.355 de 04 de dezembro de 2008**. Dispõe sobre a instituição dos Centros Estaduais e dos Centros Territoriais de Educação Profissional no âmbito do Sistema Público Estadual de Ensino do Estado da Bahia. Palácio do Governo do Estado da Bahia, 4 dez. 2008. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/75464/decreto-11355-08>

BAHIA. **Plano de Educação Profissional da Bahia**. Trabalho, Educação e Desenvolvimento. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Superintendência de Educação Profissional – SUPROF, 2007.

BAHIA. **Plano Plurianual – PPA 2008-2011. Estratégia de Desenvolvimento Econômico Sustentável da Bahia**. Secretaria do Planejamento, 2007b. Disponível em: http://www.seplan.ba.gov.br/sqc/arquivos/20100302_110520_04_PPA_ESTRAT_DE_DESENVOLVIMENTO.pdf Acesso: dez. 2010.

BAHIA. **Decreto nº 11.355/2008**, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia em 04 de dezembro de 2008.

BAHIA. Educação Profissional da. **Trabalho, Educação e Desenvolvimento – Legislação Básica**. 2010 – 2011.

BAHIA. **Decreto nº 17.377/2017**, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia em 01 de fevereiro de 2017.

BARBOSA, Ana Carina Freire. **Política pública para educação profissional na Bahia: O Plano de Educação Profissional**. 164f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal: Secretaria Especial de Editoração e Publicações: Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/508200>. Acesso em: 10 dez. 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: Acesso em: 15 jan. 2019. <http://www.mec.gov.br/sef/fundef/Ftp/leg/lein9394.doc>

BRASIL. **Lei nº 5.692/71 de 11 de agosto de 1971b**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/republica.1971>.

FONSECA, Paulo Roberto Campelo Fonseca e. **A Nova Educação Profissional para o Trabalho no Brasil no Século XXI**. 128f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2015.

LESSA, José Silva. **Uma resenha histórica: da escola do mingau ao complexo integrado de educação tecnológica**. Salvador, CCS/CEFET-BA, 2002.

LIMA, Erika Roberta Silva de. **Ensino médio e educação profissional no brasil: um estudo exploratório das políticas educacionais (1990- 2010)**. 152f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Educação Profissional. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal, 2015.

MACHADO, Macio Nunes. **Política Pública de Educação Profissional da Bahia**. 140f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade. Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2013.

MATOS, Eduardo Guedes de. **Uma análise da educação profissional de nível médio no Brasil**. 151f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2012.

OLIVEIRA, Lisiane Weber de. **Os desafios da educação profissional diante das mudanças no mundo do trabalho: uma análise dos cursos subsequentes do centro estadual de educação profissional da Bahia.** 233f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pesquisa e Pós Graduação em Educação. Universidade Federal da Bahia, 2011.

OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de; SOARES, Ana Maria Dantas. **Ensino técnico agropecuário e formação de professores: "novas" perspectivas ou uma velha receita?** In: Congresso Brasileiro de História da Educação, II, 2002, Natal. Disponível em <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/0327.pdf> Acesso em 05.12.2019.

PACHECO, E. M. et al. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades.** Linhas Críticas, vol. 16, n. 31, 2010.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e Política da Educação Profissional.** Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

SALDANHA, Letícia de Luca Wollmann. **O PRONATEC e a relação ensino médio e educação profissional.** In: IX Seminário de Pesquisa da Região Sul (ANPED-SUL), 2012. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1713/141>. Acesso em: 10 jun. 2019.

SANFELICE, José Luís. **O Manifesto dos Educadores (1959) à luz da história.** Educ. Soc. [online]. 2007, vol.28, n. 99, pp. 542-557. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101--3302007000200013&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em 20 de abr. de 2019.

SANTOS, S. A. dos, **Implicações da reforma do estado para as políticas de formação de professores nos cursos de pedagogia.** UEL, 2008. Disponível em: <http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/AC09.pdf>. Acesso em 10 dez 12.

SANTOS, Aline De Oliveira Costa. **Educação Profissional Integrado na Rede Pública Estadual da Bahia: desafios da construção de uma proposta de educação para classe trabalhadora.** 162f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade. Universidade Federal da Bahia, 2015.

Lilianne Borba Castro

Santa Maria da Vitória, BA, Brasil

Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. É professora de Língua Portuguesa, concursada pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia e atualmente exerce cargo de gestão no Centro Territorial de Educação Profissional da Bacia do Rio Corrente-CETEP, em Santa Maria da Vitória-BA;

Email: lilianneborba@hotmail.com**Link do Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/8999427903123598>

Adenilson Souza Cunha Júnior

Itapetinga, BA, Brasil

Doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, com Estágio Doutoral na Universidade de Playa Ancha (UPLA), no Chile (2017). É Professor do Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem, campus de Itapetinga (BA) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Email: adenilsoncunha@uesb.edu.br

Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2046813448859972>

Recebimento: 13/07/2020

Aprovação: 26/08/2020

Q.Code

Editores-Responsáveis

Dr. Enéas de Araújo Arrais Neto, Universidade Federal do Ceará, UFC, Ceará, Brasil

Dr. Sebastien Pesce, Universidade de Orléans, França